

O exercício dos Direitos Humanos e o meio ambiente: experiências latino-americanas

JOELMIR MARQUES DA SILVA*

DEMÉTRIUS RODRIGUES DE FREITAS FERREIRA**

ALBA CAMPOS BUENDÍA***



Cidade do Recife, 2014. (Fonte Laboratório da Paisagem da Universidade de Pernambuco).



* **JOELMIR MARQUES DA SILVA** é Biólogo. Doutor em Desenvolvimento Urbano; Pesquisador do Laboratório da Paisagem – Universidade Federal de Pernambuco e Universidad Autónoma Metropolitana unidad Azcapotzalco (México). E-mail: Joelmir_marques@hotmail.com.



** **DEMÉTRIUS RODRIGUES DE FREITAS FERREIRA** é Sociólogo. Doutorando em Sociologia (Universidade Federal de Pernambuco); Membro da rede WATERLAT-GOBACIT. E-mail: demetriusrodrigues@gmail.com.



*** **ALBA CAMPOS BUENDÍA** é Socioantropóloga. Mestranda em Ciências Sociais – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (México). E-mail: acampos.buendia@gmail.com

O tema abordado neste dossiê sintetiza um conjunto de reflexões de diferentes pesquisadores sobre a realidade latino-americana, especificamente sobre o Brasil, a Bolívia e o México, no âmbito do exercício dos direitos humanos e da proteção ao meio ambiente. Aparentemente se trata de dois temas distintos que, entretanto, encontram-se sistematicamente imbricados de diferentes formas na experiência concreta.

Partindo do pressuposto que meio ambiente está diretamente associado à manutenção da espécie humana, também defendido como um princípio do desenvolvimento sustentável expresso no Relatório Brundtland (1987), explora-se aqui questões eminentes que envolvem as lutas e conflitos decorrentes das diferentes relações econômicas, sociais, políticas, institucionais e culturais que se estabelecem em função de questões ambientais. Deste modo temos que a proteção do meio ambiente apresenta forte relação com os direitos humanos, principalmente, quando tal relação implica em consequências para o bem-estar social.

Desse modo, este dossiê reúne um conjunto de trabalhos que retratam de uma forma interdisciplinar diferentes experiências e questões de como o exercício dos direitos humanos e do meio ambiente estão associados a partir de diferentes realidades e perspectivas.

Em *A construção do IIRS: uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável em áreas afetadas por hidrelétricas* de Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado e Ricardo Cavalcanti Furtado apresentam os resultados da pesquisa *Desenvolvimento de ferramenta para monitorar e avaliar a sustentabilidade econômica, social e ambiental dos municípios em áreas de*

influência de hidrelétricas no Brasil. Para tanto, foi construído o Índice de Inserção Regional Sustentável (IIRS) composto por 78 indicadores que cobrem quatro dimensões: qualidade de vida urbana, desenvolvimento econômico, qualidade da gestão pública e qualidade ambiental. O artigo descreve a aplicação detalhada do método de Análise Fatorial para a construção do IIRS que é uma ferramenta inédita para avaliar o desempenho das hidrelétricas e da eficácia de programas e políticas públicas locais, permitindo um monitoramento permanente das ações do setor elétrico e da gestão pública para o desenvolvimento sustentável.

A *Revisão histórica da diversidade vegetal da Zona da Mata Norte de Pernambuco com ênfase no município de Goiana* é apresentada por Joelmir Marque da Silva. A necessidade deste estudo surgiu pela intensa supressão de áreas florestais do Domínio Atlântico em decorrência da recente ampliação do *pólo industrial*, tanto farmacêutico como automobilístico. Desta forma, se realizou uma compilação florística que abarcou o período de 1950 a 2013. As espécies inventariadas refletem a grande diversidade da Zona da Mata Norte, assim como a introdução e expansão de espécies exóticas pela antropização. Essa compilação servirá de base para futuras pesquisas para entender o desaparecimento e/ou surgimento de espécies, bem como para ações de recuperação ambiental.

Em *o processo de democratização no acesso aos serviços de saneamento no Brasil no contexto das parcerias público-privadas*, Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira discute, a partir de uma perspectiva normativa, o emprego de parcerias público-privadas como estratégias para universalização do

saneamento no Brasil. Nesta discussão foi apresentado os vários desafios para efetivação direito humano ao saneamento e a importância de incluso do conceito de condicionantes sistêmicas no debate nacional para ampliar a compreensão sobre os desafios para garantir o direito humano ao saneamento.

Com o foco no direito à água na Bolívia, Amalia Salgado em *Universalismo y particularismo: repensando el derecho humano al agua en el caso boliviano* analisa a experiência da Bolívia no que se refere aos direitos comunitários à água em Cochabamba uma vez que a defesa por este recurso elucidou questões sobre a desigualdade na distribuição marcados pelas políticas neoliberais.

As *Violaciones de derechos humanos en el proceso de imposición de un proyecto hidroeléctrico, Veracruz, México* são discutidas por Beatriz Torres Beristain, José Agüero Flores e Julia Tepeltla Montes. No artigo são apresentados pontos do processo de imposição de um megaprojeto hidroelétrico em Veracruz, no México, e suas consequências para os povos indígenas e camponeses. A organização social contra a implantação de tal projeto acarretou à população ameaças, acusações, crimes e até mesmo a morte, fatos correlatos à violação de inúmeros direitos humanos

que segundo os autores estão atrelados à omissão ou cumplicidade do estado.

Em *Gestión de impacto socio-ambiental: hacia una sustentabilidad integral* de Julio J. Copo Terrés e Daniel Zavala-Araiza apresenta uma discussão sobre a propagação de conflitos sócios-ambientais a partir de megaprojeto. Com o olhar voltado para o México, as modificações legislativas recentes, derivadas de uma reforma energética, abriram a porta para as avaliações de impacto social, como medidas de mitigação. Desta forma, os autores objetivaram com o artigo complementar os mecanismos atualmente exigidos em matéria social e ambiental com mecanismos que permitam a avaliação e a gestão do impacto social de maneira transdisciplinar e transparente e que possuam, no mínimo, fatores antropológicos, sociais, quantitativos, jurídicos e de direitos humanos.

Desta forma, esperamos que, a partir desta coletânea, o leitor possa compreender a importância das temáticas aqui abordadas para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Referência

BRUNDTLAND, G. H. (Org.). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.